

IX Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação  
Funchal, 26 de Abril

**Articulação entre níveis e ciclos de ensino**

Painel 2

Joaquim Azevedo<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Professor associado com agregação da Universidade Católica Portuguesa  
Presidente do Centro Regional do Porto da Universidade Católica Portuguesa

## **Introdução**

Para estimular o debate neste painel do Congresso, assinalo cinco questões que emergem no sistema educativo português no que se refere à articulação entre níveis e ciclos de ensino.

- 1- A infância e a igualdade de oportunidades
- 2- A transição insensata e ilegal
- 3- A adolescência e a recusa da experimentação
- 4- A prevenção e a criação de guetos no nível secundário
- 5- Bolonha quer dizer recomeçar de novo?

### **1. A infância e a igualdade de oportunidades**

Sabemos todos o crucial papel da educação de infância para o desenvolvimento de cada pessoa e para o prosseguimento eficaz de um política de igualdade de oportunidades (Vasconcelos, 2007).

Parece-me que temos dedicado pouca atenção :

- Ao fomento das oportunidades educativas no período etário que vai do nascimento aos 3 anos;
- À débil articulação entre este período e os 3-5 anos (integrada em políticas locais de desenvolvimento social);
- Aos agrupamentos escolares que têm favorecido boas práticas de articulação entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo e o 1º e 2º ciclos;
- À transição entre a educação pré-escolar e o 1º ciclo; deve colocar-se no debate público a questão da criação de um ano de transição – os 5 anos –, de frequência facultativa, mas de indução à escolarização (dadas as desigualdades culturais e os níveis de insucesso escolar existentes)

## **2. A transição insensata e ilegal**

A transição entre o 1º e 2º ciclos é uma das melhores provas de como uma prática social insensata e ilegal se torna, com o tempo e com a certificação corporativa, uma prática mais que “normal”.

O actual modelo de transição contraria a Lei de Bases, é profundamente inadequado quer em termos de progressão escolar (de um professor único e de um currículo interdisciplinar, a criança passa, aos 9 anos, abruptamente e sem qualquer justificação lógica, para 13 professores e 13 disciplinas), quer em termos de desenvolvimento humano.

A situação persiste por duas únicas razões principais: deste modo evita-se colocar ainda mais professores sem horário e favorecem-se as rotinas instaladas nas práticas lectivas.

A infância devia ser compreendida, também em termos escolares, como um ciclo longo e único de desenvolvimento humano, tal como propõe o CNE, por exemplo, no seu parecer de 1995 (CNE, 1995).

## **3. A adolescência e a recusa de experimentação**

Terminada a infância (e o 2º ciclo), a educação escolar deveria oferecer à adolescência de cada cidadão um período novo, tanto de sedimentação de saberes básicos como de experimentação (período esse que pode entrar no nível secundário).

A actual transição entre o 2º e 3º ciclos em nada favorece este modelo que preconizamos. O 3º ciclo é um quarto fechado e decorado do mesmo modo, posto à disposição de todos os adolescentes portugueses: rígido, hermético, compulsivo e igual para todos.

Mais, só não é igual para os que entram em conflito aberto com este modelo. Esses, os que são declarados errados, têm à sua disposição cursos especiais de “recuperação” ou currículos alternativos. A diferença não é tratada com indiferença, mas é resolvida com a multiplicação de guetos, com a prossecução de práticas sociais de fragmentação.

E se cada escola gerisse a proposta de “currículo nacional” em função de cada adolescente e de cada pequeno grupo de adolescentes? E se o “currículo nacional” do 3º ciclo favorecesse a experimentação de saberes e saberes – fazer (como já aconteceu)? E se as equipas de docentes de cada conjunto de alunos se responsabilizasse por reflectir sobre a evolução destes e por encontrarem as melhores propostas educativas para cada um?

#### **4. A prevenção do abandono e a criação de guetos no nível secundário.**

Vindos deste ensino básico (acabado de descrever em brevíssimas pinceladas), com níveis de aprendizagem e práticas socioculturais muito diferenciados, desaguam no 1º ano do nível secundário (não obrigatório) milhares de adolescentes que não sabem ao que vão, onde estão, nem como de lá poderão sair.

O 10º ano é o ano de todos os desastres, fruto dos problemas que se foram acumulando: o copo transborda. Perto de 45% dos nossos adolescentes abandona o nível secundário entre o 10º e 12º anos.

As soluções actualmente em curso para estancar este abandono, apesar das suas intenções, têm conduzido as mais das vezes à criação de guetos dentro das escolas, com soluções apenas para os meninos “menos azuis que os outros”, com insucesso escolar, com manifestações de conflito, indisciplina e de mal-estar geral.

O ensino profissional tende a ser a nova bandeira das escolas secundárias estatais para promover a “orientação negativa” para os jovens escolarmente “insucedidos”

A orientação escolar e profissional funciona? Com que objectivos, conteúdos, práticas e resultados?

Não seria possível um 10º ano mais aberto, na sequência de um 3º ciclo mais experimental? Não será importante ajudar cada adolescente a encontrar um caminho adequado de formação, independentemente da instituição onde o faça (e até com o apoio de várias instituições, ao longo dos três anos)?

## 5. Bolonha, quer dizer recomeçar de novo?

O ar atarantado com que os jovens, chegados ao ensino superior, ouvem falar de “trabalho autónomo” ou “pesquisa bibliográfica” ou o ar desnorteado com que olham para si próprios e para todo aquele tempo disponível para aprender, sem professores por perto, geram-me a maior preocupação.

A redução das horas de aula, a mudança do paradigma de ensino-aprendizagem (pelo menos nas suas vestes exteriores), a incidência no trabalho autónomo de cada aluno e dos grupos de alunos, introduziram golpes brutais em práticas que têm doze anos de duração, que deixam muitos alunos entregues a si próprios, perdidos, já sem o apoio dos pais e agora também sem o apoio dos professores.

Será agora que iremos reduzir os cerca de 40% dos jovens que não conclui os seus cursos superiores?

### **Notas finais:**

1. Todas as dificuldades de articulação entre níveis de ensino dizem respeito a pessoas, a cada pessoa. A gestão destes processos de transição tem de ser local e deve ser fruto de dinâmicas de regulação sociocomunitária da educação (Barroso, 2006; Azevedo, 2007).
2. Os cortes e as transições são processos potencialmente positivos no crescimento humano, desde que devidamente acompanhados. Na escola, é preciso que eles favoreçam as aprendizagens e não as dificultem.
3. Todas as alterações no quadro vigente da articulação entre ciclos provocarão também alterações no âmbito da formação dos professores.

## **Bibliografia**

Azevedo, J. (2007). Aprendizagem ao longo da vida e regulação sociocomunitária da educação. *Cadernos de Pedagogia Social*, 1, (pp.7-140).

Barroso, J. (2006). O Estado e a Educação. A regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In Barroso (Org.), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, Dinâmicas e Actores* (pp.41-70).Lisboa: Educa.

Conselho Nacional de Educação. (1995). Parecer nº2/95. A Expansão da Educação Pré-Escolar . Análise de um Projecto de Decreto-Lei do Ministério da Educação . (Relator: Conselheiro João Formosinho). Publicado D.R. nº183, II Série, de 9-8-1995.

Vasconcelos, T. (2006). A Educação de Infância. Propostas de reflexão para um Debate Nacional sobre Educação. In *Relatório do Debate Nacional sobre Educação*. Conselho Nacional de Educação. 2007.